



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
29 DE JUNHO DE 2020 - Nº 12/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e Lúcio Amaral, em substituição do Vereador António Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Projeto de Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal de Alpiarça – 2ª fase.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Parque Ecológico dos Patudos.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

---A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, cumprimentando todos os presentes. Lembrou que como se trata de uma reunião extraordinária, não haverá lugar ao Período Antes da Ordem do Dia. Declarou que





esta reunião tem por objetivo discutir e aprovar dois projetos para apresentar a candidatura a financiamento comunitário, ao Programa Operacional Regional do Alentejo; um é a segunda fase do Projeto de reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal de Alpiarça e o outro é o Parque Ecológico dos Patudos. Acrescentou que as candidaturas, os projetos de arquitetura, deverão ser aprovadas e carregadas na plataforma até ao dia seguinte a esta reunião, o que motivou a necessidade de realizar esta reunião extraordinária. Recordou que houve algumas dificuldades na disponibilização atempada, sendo feitas no período possível, com algumas limitações que tiveram a ver com a própria reprogramação do Quadro Comunitário e a reafetação de verbas, que foi conhecida muito em cima do momento de apresentação de candidaturas, havendo pouco tempo para a sua preparação. Sublinhou que só há pouco tempo houve o conhecimento que havia um reforço de verbas para ambos os projetos, o que obrigou a uma alteração dos mesmos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Projeto de Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal de Alpiarça – 2ª fase.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente começou por apresentar o Projeto de Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal de Alpiarça – 2ª fase, dando conhecimento de uma estimativa orçamental, em termos de investimento, no valor de 538.470,00 € (quinhentos e trinta e oito mil e quatrocentos e setenta euros), comparticipados a oitenta e cinco por cento pelas verbas dos fundos estruturais e a quinze por cento por verbas do Município. Recordou que esta segunda fase estava já prevista aquando da intervenção inicial do Mercado, esta centrando-se no rés do chão do edifício e em termos estruturais na substituição das coberturas e na melhoria de todo o aspeto exterior e interior, à exceção das galerias do primeiro piso, que não foi possível incluir na primeira fase. Transmitiu que a segunda fase tem por objetivo reabilitar as galerias do primeiro piso e todo o espaço entre o Mercado Municipal e a Igreja de Santo Eustáquio. Deu conhecimento que existem algumas áreas e lotes de terreno que ainda não são propriedade do Município, mas que se está já há algum tempo a negociar esses terrenos com os proprietários e que se conta, dentro do prazo da candidatura, a possibilidade de adquirir, seja por pagamento do valor considerado justo, seja através de eventuais



permutas de terrenos pertença da Câmara. Realçou que o essencial do projeto é efetivamente a intervenção na melhoria das galerias, criando condições para a exploração comercial daquelas áreas, com a colocação de um elevador de acesso ao primeiro piso. Prevê-se ainda a construção de casas de banho e a preparação para a instalação de futuros nichos de pequenas empresas, as chamadas startups. O projeto contempla ainda a criação para espaços de reunião neste piso e no rés do chão a construção de sanitários que servirão todo o espaço exterior a criar. Na área confinante com o Mercado está previsto a criação de um espaço de esplanadas e depois haverá uma zona de espaços verdes, com relva, árvores e algumas flores e arbustos, que permita proteger uma zona de estacionamento de apoio à mobilidade e à frequência do mercado. Todo o espaço mais próximo da Igreja será também uma zona de espaços verdes, com áreas de circulação em calçada à portuguesa, com um elemento central que será uma homenagem à população de Alpiarça e à defesa coletiva dos direitos e da dignidade dos trabalhadores agrícolas, com alguma referência à figura de Alfredo Lima, assassinado em mil novecentos e cinquenta, muito próximo daquele espaço. Será também criado uma área de estacionamento naquela zona que poderá servir a Igreja. Deu nota que a empresa contratada para elaborar os projetos é constituída por dois jovens de Alpiarça, que já trabalharam com o Município na primeira fase do Mercado Municipal, que conhecem bem a nossa realidade e a lógica foi sempre a de criar elementos de contacto com as outras ofertas aos vários níveis que existem naquela zona. Referiu que o que lhes foi pedido foi que desenvolvessem uma ideia que ficará na posse da Câmara Municipal, e esta merecerá certamente uma atenção mais prolongada no tempo por parte, quer da Câmara quer da população, que será já a linha geral da ligação deste espaço ao Largo do Clube Desportivo “Os Águias, tendo em conta o quarteirão que está entre o edifício da Igreja e os “Águias”, que se encontra igualmente degradado. Deu ainda conhecimento que houve a oportunidade de falar com o Padre Tiago, da Paróquia de Alpiarça, para colocá-lo ao corrente do projeto, da relação que passará a existir no espaço público junto ao adro da Igreja, que viu com bons olhos esta intervenção e a possibilidade da Igreja ficar completamente aberta e exposta à nova área do Centro Cívico.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que já tinha sido feita uma ante visão do projeto nas ultimas reuniões, e o que se está agora a discutir e a aprovar resulta praticamente na



totalidade, daquilo que já tinha sido visto, embora não com tanto pormenor. Disse que as oportunidades não surgem muitas vezes e quando surgem devem ser aproveitadas. Nesta, como noutras matérias e ao longo de todo o mandato, sempre que tem havido a possibilidade do Concelho, recorrendo a fundos comunitários dentro da sua própria capacidade mas, sobretudo dentro de uma lógica de construção de políticas públicas que levem à defesa dos interesses dos munícipes, tem estado sempre do lado do aproveitamento da oportunidade na procura de soluções para problemas antigos e outros mais recentes. Conhecendo bem o concelho e aquilo que é a sua realidade económica e financeira, sendo um concelho pequeno e com um índice habitacional baixo, rural e do interior, é sempre positivo perceber que se pode melhorar e ter vontade que ele melhore, criando as condições para que isso aconteça. Considerou que o projeto agora apresentado vem na sequência de uma primeira fase, todos concordando que é uma infraestrutura que merece ser preservada, é importante ter uma estratégia relativamente à sua utilização, sobretudo considera fundamental criar soluções que não pesem só do ponto de vista da manutenção e dos custos mas que tragam consigo algum desafogo financeiro ou a a criação de algumas alternativas de receitas que permitam depois garantir a sua sustentabilidade. Realçou que sempre que se melhora uma infraestrutura como o Mercado, está-se a acrescentar valor e maior atratividade, o que será condicionante para mais interesse e uma maior procura de empresas e vendedores. Relativamente à envolvente exterior do projeto, verificou que o que está proposto é a criação de um parque de estacionamento, o que é razoável porque cria melhores condições de acesso ao Mercado, mas toda a outra zona que se pretende implementar é uma zona de fruição pública, lúdica, com uma forte componente em termos de manutenção e com uma fraca componente de qualquer tipo de rendimento económico. Neste aspeto referiu que o executivo queixa-se muitas vezes que os funcionários do município são poucos, que as equipas são limitadas e não conseguem dar apoio aos espaços públicos de todas as áreas do concelho de uma maneira célere, como gostaria. Disse ainda que se se está a aumentar a área neste tipo de intervenções, é importante que se pense como se vai assegurar a manutenção deste espaço. Comentou ainda que o Presidente alertou para a possibilidade de se poder vir a desenvolver, nas imediações do Centro Cívico, alguns projetos que permitissem a construção de habitações ou de outros edifícios que pudessem permitir algum retorno financeiro, chamando a atenção que isso não está previsto





desde já, mas que não é uma ideia que se deva abandonar. Falou também na ideia futura de se pensar num aproveitamento e numa reabilitação do espaço que vai até ao Clube desportivo “Os Águias”, salientando também a necessidade de deixar salvaguardada a possibilidade de ligação de todo este espaço à Vala de Alpiarça, que se pretende ainda mais valorizada. Perguntou se o município abriu algum procedimento para efetuar o projeto, pretendendo saber qual é o valor do mesmo. O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu que o procedimento foi por ajuste direto e o valor foi de trinta e oito mil euros, valor também elegível na candidatura. A Vereadora continuou, realçando a importância de uma reprogramação da segunda fase, para permitir a implementação de obras nas galerias, que considera estritamente necessárias. Relativamente ao valor do projeto, que apresenta um custo de 538. 470 € (quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e setenta euros), tendo em conta a aquisição de terrenos privados, perguntou se as negociações estão a ponto de serem concretizadas, se esse cálculo das aquisições está a ser devidamente ponderando e se o valor está incluído no custo da obra. O Presidente esclareceu que não; aquele valor é só para o custo da operação. A Vereadora mencionou que para se submeter todo o projeto a uma candidatura é necessário ter algum grau de certeza razoável relativamente à propriedade dos terrenos, sendo preciso, para apreciação da candidatura, garantir que os terrenos se vão tornar terrenos públicos. O Presidente esclareceu que, nos contactos desenvolvidos com a autoridade de gestão é possível, até ao final do processo concursal, fazer prova da aquisição dos terrenos e é nesse sentido que se está a trabalhar. A Vereadora continuou dizendo que, relativamente à conversa que o município teve com o Sr. Padre da Igreja, que teria visto com bons olhos a ligação e a abertura entre o projeto e a Igreja, chamou a atenção, concordando também com a ideia, que a Diocese e a Igreja Católica terão de se pronunciar sobre essa matéria. Acrescentou que não conhecendo geologicamente o espaço e estando perto e nas imediações de uma Igreja, entende que seria adequado verificar, do ponto de vista arqueológico, se os terrenos têm ou não alguns vestígios que devam ser averiguados. O Presidente pensa que a esse nível não haverá problema, ao contrário do que se passou no Jardim Municipal mas, estando-se a falar do núcleo mais antigo da vila, terá de haver esse acompanhamento. A Vereadora disse, para finalizar esta sua intervenção, que o projeto é positivo para o concelho e merece ser realizado; em primeiro lugar porque Alpiarça deve-se assumir como um concelho rural e não cair fora do que é a nossa tradição, em segundo





lugar deve ser mantida toda a fachada do Mercado e toda a sua estrutura, como edifício tradicional que é, com a sua traça e as suas cores, com a calçada à portuguesa que é também tradicional. Deu nota que estes espaços são bonitos, mostram, para além do que já temos, que somos um concelho atrativo e que queremos mostrar às pessoas que aqui há qualidade de vida, mas isso tem um preço, que é o preço da manutenção e há que criar condições para que mais gente venha a Alpiarça.-----

---O vereador Lúcio Amaral declarou que não pode estar mais de acordo com tudo o que seja para trazer valor ao concelho, desde que os espaços sejam preservados, apesar dos elevados custos. Colocou uma dúvida sobre as aquisições dos terrenos, já entretanto esclarecida. Colocou uma outra dúvida, esta relacionada com a estimativa orçamental, se será suficiente para todo o projeto, considerando que se trata de uma obra com alguma envolvência. Perguntou o que vai acontecer ao mercado semanal, se fica no mesmo local ou se vai para outro lado.-----

---O Presidente respondeu que irá ficar na mesma zona, mostrando o local na planta presente na reunião. Considera que este projeto é importante porque já há muitos anos que se discute a questão do centro cívico e, surgindo esta oportunidade, há que aproveitá-la, tornando esta zona mais atrativa.-----

---Esgotada que foi a discussão, o Presidente colocou à votação o projeto de Arquitetura da Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal de Alpiarça – 2ª fase, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).-----

Ponto 02 – Parque Ecológico dos Patudos.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente mencionou que o que vem a discussão e aprovação é o projeto de arquitetura do Parque Ecológico dos Patudos, com a respetiva fundamentação e com a estimativa orçamental. Esclareceu que, à semelhança do que se passou com o Mercado, houve um reforço de verba, ao abrigo da reprogramação e da reafetação de verbas, o que levou também a repensar o projeto num curto espaço de tempo, tornando a proposta um pouco mais ambiciosa. Este facto permitiu avançar com alguns elementos que não estavam previstos e que vêm, em grande medida, valorizar





toda a ideia de intervenção naquela zona da Barragem dos Patudos. Salientou que a verba agora disponível, cerca de um milhão de euros, permite investir em duas valências, que são determinantes; por um lado o próprio alargar do espaço de bar, previsto para a zona em frente às piscinas municipais, opção já discutida anteriormente e que, embora gerando opiniões diferentes, foi decidido manter; por outro a criação de uma praia ecológica, que ficará no limite da Barragem, numa zona em que só nos anos de enchente da Barragem, tem água. Este local fica junto aos plátanos. O objetivo será criar um plano de água com qualidade, acrescentando areia fina, o que poderá ser o elemento mais atrativo daquele espaço, não esquecendo a colocação de passadiços na margem norte da albufeira, com a criação de alguns lugares para pesqueiros, em ambas as margens. Deu ainda nota da recuperação da ponte existente e da construção de uma nova ponte em madeira, situação esta que ficaria dependente do custo da mesma e da avaliação que fosse entretanto feita. Lembrou ainda que a estimativa do custo da obra com esta nova ponte, fica acima das verbas disponíveis, pelo que a ideia será eliminá-la, até por comportar um custo muito pesado no projeto.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para dizer que tem algumas reservas e críticas a fazer ao projeto. Afirmou que a sua preocupação fundamental tem sido sempre a questão da recuperação da massa de água e dos níveis de degradação ambiental a que ela está sujeita. Reconhece no entanto que as unidades de gestão, quando abrem concursos, não conhecem as realidades nem saberão o que é mais prioritário em cada um dos territórios, observando que nem sempre o que colocam é exatamente na linha do que se elegeria como essencial. O Presidente esclareceu aqui que essa questão cabe muito mais no âmbito dos fundos nacionais, mais propriamente do Fundo Ambiental. A Vereadora concordou e compreendendo isso, recordou que a sua preocupação continua a ser a recuperação ambiental da barragem, entendendo que esse é o foco fundamental. Acha que aquela estrutura pode ser melhorada e enriquecida mas a maior riqueza que ela pode ter é estar ambientalmente saudável, o que, por si só, já seria uma mais valia. Sublinhou que tem a noção que esses recursos não têm sido disponibilizados e que isso não tem sido considerado uma prioridade e incentivou o Executivo a continuar a insistir de uma forma muito veemente em relação à necessidade da recuperação daquela massa de água, o que fará uma grande diferença na qualidade da infraestrutura que ali está. De todo o modo considera que



não é de desaproveitar, uma vez mais, a oportunidade de melhorar a infraestrutura, de a enriquecer, de lhe dar algum suporte necessário para poder ser fruída e vivida de uma forma mais intensa, com uma outra perspetiva que é a obtenção de algum retorno económico palpável, tendo em conta os custos de manutenção elevadíssimos. Declarou que, genericamente, concorda com o facto de se apresentar um projeto para enriquecimento daquela zona, para a sua melhoria e recuperação de alguns aspetos, mas tem dúvidas relativamente à sua dimensão e a alguns dos fatores de intervenção. Falou dos caminhos pedonais, chamando a atenção para que estes se mantenham com alguma naturalidade, e da pesca referindo que no projeto existem dois tipos de pesqueiros, dizendo desde logo que não concorda com a introdução de um dos tipos. Julga que o objetivo principal é criar algum conforto para a prática desta modalidade desportiva, que aceita que se continue a fazer na barragem, embora de uma forma muitíssimo bem ponderada, considerando que a pesca contribui para a menor qualidade da água, que está estagnada. Sobre a tipologia dos pesqueiros optou pela de tipologia B, em estacaria com uma estrutura em madeira, de dois metros por um metro e quarenta. Comentou que fica satisfeita com o facto de não haver dinheiro para fazer a ponte, estrutura sobre a qual desde o início colocou muitas dúvidas quanto à sua construção. Relativamente à questão da piscina ecológica, não tem nenhuma oposição frontal à sua construção, antes pelo contrário, mas, fica preocupada com a razão pela qual as coisas estão a ser feitas. Acha que é importante perceber se ela vai de encontro àquilo que é a perspetiva sobre todo o resto. Registou que, na opinião do Executivo, a barragem cria a quem a frequenta uma expectativa que possa haver ali um local para tomar banho, mas tem dúvidas se será rigorosamente assim e se muitas pessoas não procuram mais um espelho de água, onde pudessem passear num barco ou a praticar algumas atividades náuticas, não poluidoras. Lembrou que à volta da barragem existem duas infraestruturas que respondem, de uma forma bastante satisfatória, às pessoas com o propósito de tomar banho, que são as piscinas municipais e a piscina do Parque de Campismo. Relativamente ao bar inserido no projeto, que serve de apoio de praia para a piscina ecológica, entende que é suficiente para esse efeito, mas continua a ter a opinião que o espaço por cima das piscinas municipais devia ser aproveitado. Do seu ponto de vista, com a sua integração com todo aquele local e a proximidade com a barragem, este espaço traria uma mais valia, se comparado com a criação de um bar em frente às piscinas. Fez de seguida algumas considerações gerais sobre

o projeto, mencionando que seria importante a melhoria da comporta e o que se pode fazer para que ela possa vir a funcionar, mesmo que tivesse de ser substituída. Pediu um esclarecimento sobre a requalificação dos taludes marginais aos planos de água. O Vereador Carlos Jorge Pereira disse que se tratam das bermas da barragem, onde estão a nascer algumas espécies invasoras, como os eucaliptos. Destacou ainda a importância da requalificação da linha de água que abastece a albufeira e a questão da sinalética, que está em falta há bastante tempo. Terminou a sua intervenção dizendo que a sua preocupação é garantir que aquele espaço mantenha as suas características naturais, com a menor intervenção humana possível e perguntou ainda qual o valor do projeto, tendo o Vereador João Pedro Arraiolos respondido a esta questão.-----

---O Vereador Lúcio Amaral disse que não conhecia o projeto, mas acha que é um projeto ambicioso e que fica bem em qualquer concelho. Entende que fazer um investimento destes sem se pensar primeiro no tratamento da água da barragem é complicado, porque depois pode não haver verba para fazer o que se anda a apelar há muitos anos. Relativamente ao bar acha que se for um pequeno bar de apoio tudo bem, agora se for um bar da dimensão do que está junto ao paredão não concorda. No geral gosta do projeto, mas continua a achar que era importante recuperar a qualidade da água.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira esclareceu, relativamente à qualidade da água da albufeira, que a partir de Janeiro de dois mil e vinte se começou a efetuar análises regulares à qualidade da água para banhos, com resultados já da segunda análise e, tal como na anterior, a água é considerada própria para banhos.-----

---O Presidente considerou que a questão da água é fundamental e ressaltou que nos últimos tempos, comparativamente com o mesmo período doutros anos, com o calor, com o nível de água a baixar, a água está muito melhor, embora isso não o deixe tranquilo porque há um conjunto de aspetos que ultrapassam um pouco em termos de previsão do comportamento da própria água. Recordou que os períodos mais críticos são durante a transição da primavera para o verão e em Setembro. Lembrou que a última reunião com a Sra. Secretário de Estado do Ambiente e com a APA, em finais de Fevereiro, para colocar a questão da recuperação da água, aquelas instituições remeteram para o programa POSEUR, na área dos recursos energéticos e da ecologia. Transmitiu que há outras áreas no âmbito do combate às alterações climáticas, medidas às quais se poderá

também recorrer e que agora se vai analisar e ver como se poderá apresentar um projeto de recuperação da água da Barragem. Sublinhou que esta prioridade de investimento no âmbito do Programa Operacional Regional não contempla a questão da recuperação da massa de água. Relativamente à questão do bar referiu que esta é vista como uma nova oferta, para pessoas do concelho e de fora do concelho, e há espaço para tudo; para o bar atual e para o novo bar. Considerou que o que se podia fazer para que as pessoas permanecessem mais tempo naquele espaço, era a possibilidade de poderem tomar banho, e é nesse aspeto que se ponderou a criação da praia ecológica, mesmo que com algumas dúvidas ainda, porque há questões que têm de ser ultrapassadas, junto da CCDR e outras instituições. Reforçou a sua ideia dizendo que este pode ser o elemento que faça com que haja mais pessoas a permanecer mais tempo no concelho e que pode gerar também um melhor aproveitamento do Parque de Campismo. Em relação aos pesqueiros é também do acordo que os maiores são um pouco ostensivos. Não se podendo estar agora a fazer qualquer alteração para corrigir essa situação, acha que durante a obra se pode tentar alterar para pesqueiros do tipo B. Para analisar a possibilidade de, tecnicamente poder apresentar a proposta de projeto sem a ponte a construir e com a alteração dos pesqueiros para todos de tipologia B, o Presidente suspendeu a reunião.-----

---O Presidente retomou a reunião e disse que a proposta seria no sentido do que se estava a ver, ou seja, a ponte será retirada, o passadiço será apenas a contornar a zona das pinheiras e os pesqueiros serão todos de tipologia B. Informou ainda que a proposta será adaptada a esta nova realidade.-----

---Esgotada que foi a discussão, o Presidente colocou à votação o projeto do Parque Ecológico dos Patudos, nos termos em que foi presente com as alterações sugeridas, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).-----

---A Vereadora Sónia Sanfona fez a seguinte Declaração de voto: “Relativamente a esta proposta que o Sr. Presidente acabou de fazer, à qual manifesto a minha inteira concordância e em que o projeto do meu ponto de vista ganhou qualidade retirando estes dois elementos, quer o elemento que já vinha sendo sugerido, até pelo Executivo, de retirar a ponte, desde logo por razões orçamentais, mas este de transformar aquilo que era previsto em termos de pesqueiros na



tipologia que estava prevista para uma das margens, e eu julgo que se enriqueceu bastante o projeto e, portanto, também agradecer a abertura para fazer essa alteração”.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não houve intervenções do público.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e quarenta e sete minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

